

ATA NÚMERO 117/XII (2.ª)

Aos cinco dias do mês de junho de 2013, pelas 10 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

—

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, agradeceu a presença do Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiães Maduro, e do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Pedro Lomba, e explicou a metodologia dos trabalhos. Informou igualmente que a audição se iniciaria com uma exposição do Senhor Ministro, com a duração de 10 minutos, a quem, de seguida, deu a palavra.

O Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional iniciou a sua intervenção explicitando o seu entendimento geral acerca do sector da comunicação social e do que são para si os três grandes desafios atuais.

Em primeiro lugar, o desafio económico da sobrevivência dos meios de comunicação social com base nos seus modelos de negócio tradicionais, sendo, nessa medida, muito importantes os desafios que resultam do aparecimento de novas plataformas em relação às quais os órgãos de comunicação social têm demonstrado alguma dificuldade de adaptação, sobretudo no que respeita à sua sustentabilidade financeira. A este propósito referiu que, na atual conjuntura europeia e internacional, este desafio estrutural tem-se vindo a agravar com as crescentes dificuldades conjunturais e económicas, sobretudo ao nível da publicidade.

Em segundo lugar, referiu o desafio tecnológico resultante do aparecimento de novas tecnologias, de plataformas digitais, o que coloca novos desafios — e não só económicos e financeiros — a toda a comunicação social, registando-se uma fragmentação crescente das fontes de informação e novas formas de centralização da informação. Salientou também que, em matéria

de extraterritorialidade, levantam-se questões muito importantes, pondo em causa a efetividade da legislação nacional em algumas destas matérias, que podem ser melhor reguladas a nível europeu do que a nível nacional. É necessário efetuar uma ponderação entre aquilo que pode e deve ser regulado a nível nacional, e aquilo que pode e deve ser regulado a nível europeu.

Em terceiro lugar, sublinhou o desafio da qualidade e da credibilidade do jornalismo, questão que se prende com a sustentabilidade financeira do setor, com uma crescente erosão da distinção entre jornalismo e outras formas de comunicação, e uma crescente dificuldade dos jornalistas em contextualizar certas questões.

Afirmou ser sua intenção apoiar a transferência dos meios de comunicação social para um novo modelo de negócio e para novas plataformas digitais, o que pode passar pela utilização de fundos europeus, mas também pela reorganização do conjunto de incentivos e apoios públicos de diferente natureza para os orientar nessa transição; apoiar a qualificação de jornalistas e do jornalismo de investigação, o que deve ser feito sem interferência política; encorajar uma maior divulgação e transparência dos códigos de conduta e dos estatutos editoriais dos *media*; apoiar políticas de maior transparência, objetividade e de não discriminação em matéria de auxílios públicos aos meios de comunicação social, incluindo por parte do setor empresarial do Estado.

Referiu também que é necessário dar estabilidade e serenidade à RTP, tendo garantido que a decisão tomada em Conselho de Ministros de manter a empresa na esfera do Estado é para cumprir e não está em causa; que é intenção do Governo acabar com o duplo financiamento da estação de televisão pública, e concentrar o financiamento público nas verbas resultantes da Contribuição para o Audiovisual (CAV), o que trará uma muito maior transparência para os cidadãos, que poderão saber com quanto estão a financiar a empresa; que está a analisar em detalhe o plano de desenvolvimento e de reestruturação da RTP, não tendo ideias feitas sobre qual a solução a adotar, porque em três ou quatro semanas não se consegue fazer uma análise apropriada da estrutura de custos, do modelo de financiamento e proceder a consultas e análises com parceiros sociais;

Considerou, ainda, que é prioritária a finalização de um novo contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão, que estabeleça de forma clara e objetiva as obrigações inerentes à qualidade do serviço público, a saber, o pluralismo da informação, a promoção da cultura e da língua portuguesas, a divulgação do património cultural português, a disseminação internacional da cultura portuguesa, a promoção do pluralismo cultural com a representação de

minorias e o apoio à qualidade e inovação no cinema e audiovisual, seja na ficção seja no documentário, incluindo na produção independente.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Francisca Almeida (PSD).

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) colocou questões sobre a situação caótica que se vive na RTP, quer em termos financeiros, quer em relação a estratégias de programação e de conteúdos, quer em termos de estratégia administrativa; o total desrespeito da empresa para com as leis vigentes; as medidas que a tutela pretende implementar para fazer serenar e estancar toda esta «hemorragia» que se vive na empresa; a total concentração de competências da direção de informação e da direção de programação, pondo em causa a diversidade e a pluralidade da comunicação social e a isenção do serviço público; a quebra brutal das audiências; e os 20% de trabalhadores que vão ser despedidos sem ter sido feita uma avaliação prévia das necessidades da RTP. Terminou questionando a afirmação do Senhor Ministro de a CAV ser mais transparente do que a indemnização compensatória.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) solicitou esclarecimentos sobre o fim da indemnização compensatória na RTP; as garantias que o Governo dá de que a RTP, com o novo contrato de concessão, continuará a prestar serviço público; o futuro dos trabalhadores com o plano de redimensionamento da RTP e a precarização das relações laborais; se o Governo já conhece o impacto que está a ter na Lusa o corte feito este ano na indemnização compensatória; o encerramento de delegações e a qualidade do serviço que é prestado; as sinergias entre a RTP e a LUSA; e o pacote legislativo elaborado pelo anterior Ministro e que áreas vão ser abrangidas.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) colocou questões sobre o contrato do Estado com a Lusa e a situação dramática e complexa que se vive na agência; a possibilidade de reforçar a verba e de repensar a sua indemnização compensatória; a revisão do contrato de concessão da RTP e qual a avaliação feita pelo Governo que o levou a concluir que o mesmo está desajustado das exigências do serviço público de televisão; quais as vertentes que devem ser revistas; o desrespeito para com os profissionais da RTP; o percurso de «costas voltadas» entre o conselho de administração da empresa, a comissão de trabalhadores e os sindicatos; o plano de reestruturação e a possibilidade de o Governo consultar os parceiros europeus sobre a sua viabilidade; o montante previsto para as rescisões amigáveis e a perspetiva de, em agosto, 600 ou

700 trabalhadores da RTP virem a ser despedidos; e as perspetivas da tutela acerca da contribuição para o audiovisual.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) abordou questões acerca da garantia de prestação de serviço público por parte da RTP; da vontade política de manutenção de um operador público a prestar serviço público, não excluindo que os operadores privados também o possam fazer; da decisão de a RTP ser sustentada unicamente pela CAV; da cobrança da CAV através da EDP, cuja percentagem na cobrança é excessiva; e da possibilidade de haver uma negociação sobre esta forma de cobrança para que possa haver um maior benefício para a RTP.

A Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) referiu-se à natureza extraterritorial de uma boa parte dos desafios que hoje se colocam à comunicação social, designadamente a nível legislativo; disse que boa parte das questões que são trazidas pelos agentes da comunicação social aos grupos parlamentares não são resolúveis na Assembleia da República, como é o caso dos blogues, da propriedade, da fragmentação das plataformas e dos conteúdos; destacou também a sobrevivência dos modelos tradicionais de negócio, questão que se coloca com particular acuidade na imprensa regional e local

Sublinhou, também, a necessidade de se trazer serenidade e estabilidade à RTP e que uma das principais razões da desmotivação dos seus trabalhadores tem a ver com as constantes alterações e incertezas que a empresa tem vindo a sofrer; questionou também o Senhor Ministro se, com a recente transferência de toda a produção da RTP2 para o Centro de Produção do Norte, está garantido um maior pluralismo territorial e se a tutela equaciona pedir à empresa a adoção de uma perspetiva mais dinâmica sobre a angariação de receitas próprias, com um papel comercial mais dinâmico no sentido de tirar melhor partido dos produtos já disponíveis.

O Senhor Ministro respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo referido que o Governo não intervém, nem na gestão, nem na programação da RTP; que tem de avaliar, sim, se a administração atingiu ou não os objetivos de serviço público, o modelo de governo e a estrutura de incentivos delineados; que está a estudar com muito detalhe o modo de governo, a estrutura de custos e de organização para que se possa saber como é que a RTP pode prosseguir melhor os objetivos de serviço público que lhe são atribuídos.

Defende uma única forma de financiamento público para que exista uma relação mais direta e uma maior transparência na relação com os cidadãos; que existem diferentes estudos e análises relativamente a várias iniciativas que estavam a ser pensadas e discutidas no seio do Governo e quando houver algum pacote legislativo concreto do Governo apresentá-lo-á em tempo adequado; que não está prevista qualquer tipo de alteração à CAV; que o Governo já conseguiu negociar com a EDP a redução da comissão paga a esta empresa pela cobrança da CAV, o que resultou num aumento daquilo que é transferido para a RTP; que está a analisar formas de tentar abreviar o tempo que a EDP leva para transferir o dinheiro da CAV para a RTP; que os trabalhadores da RTP têm de ser motivados e valorizados.

Referiu que, depois do corte da indemnização compensatória em um terço, a Lusa está a passar por dificuldades financeiras na sequência da decisão do Tribunal Constitucional quanto ao corte dos subsídios aos funcionários públicos, cuja verba não tinha incluído no orçamento; que não pretende imiscuir-se na sua gestão, mas que pediu à administração da Lusa a implementação bem sucedida de uma estratégia de internacionalização comercial, que aproveite e maximize o potencial que assenta na credibilidade da empresa, o que também poderá servir como fator de avaliação do desempenho da sua gestão; que, em relação ao Centro de Produção do Norte, pensa que a RTP deve produzir conteúdos locais e regionais como forma de assegurar o pluralismo e que, com a massa crítica proveniente dessas regiões e localidades, há que assegurar que a televisão pública tenha uma relação de proximidade com os cidadãos portugueses.

Na segunda roda de intervenções usaram a palavra os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves (PS), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Maria da Conceição Caldeira (PSD).

Foram reiteradas muitas das questões anteriormente colocadas, além de terem sido solicitados esclarecimentos sobre o escrutínio das orientações estratégicas relativas à reestruturação da RTP por parte do Parlamento; a simplificação da estrutura de custos e a redução efetiva do financiamento do serviço público de televisão; o fim da indemnização compensatória; a manutenção das 25 iniciativas legislativas anunciadas pelo ex-Secretário de Estado Feliciano Barreiras Duarte; a rejeição dos dois últimos anos da política delineada para o sector; a disponibilidade da equipa governativa em retomar as matérias relativas à transparência na área dos códigos de conduta e linhas editoriais e abordar de novo as matérias relativas à não concentração dos meios de comunicação social;

Referidos foram, também, o estado de execução da plataforma de publicidade institucional gerida pelo Gabinete dos Meios de Comunicação Social, que não é recarregada, não tem dados novos desde 2011; a necessidade de os trabalhadores da RTP e da LUSA conhecerem o rumo, o caminho que as empresas vão seguir; o despedimento de 20% de trabalhadores na RTP, a instabilidade e as alterações constantes na empresa conducentes ao seu estrangulamento e à desmotivação dos trabalhadores, com repercussões na qualidade do serviço público prestado; as medidas que vão ser tomadas em matéria de concentração dos meios de comunicação social.

Abordou-se a ausência de publicidade institucional por parte do Estado nos meios de comunicação social regionais e locais; as medidas a adotar para que o Estado assuma os seus compromissos para a preservação do serviço público; o novo plano de reestruturação para a RTP e se este foi revisto e pensado à luz dos padrões europeus e da regulamentação europeia; condições da LUSA em assumir os seus compromissos; a suspensão do portal da transparência; a possibilidade de a Controlinvest ser adquirida por António Mosquito Mbakassi, empresário angolano detentor de um fundo de capital de risco; o corte de gorduras e o patamar de sustentabilidade da LUSA; o apoio à imprensa regional e local e à qualificação de jornalistas; a necessidade do poder local apostar na imprensa regional e local e o impacto das novas tecnologias no seu desenvolvimento e sustentabilidade.

O Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional e o Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional responderam, no final e em bloco, às questões colocadas.

Na terceira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Jacinto Serrão, Manuel Seabra e Inês de Medeiros (PS), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE), Raúl de Almeida (CDS-PP), Odete Silva, Lídia Bulcão e Carla Rodrigues (PSD).

O Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares respondeu, no final e em bloco, às questões colocadas.

A reunião foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se disponível em http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL2/02_com/12_cpecc/20130605cpecc.wmv, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 05 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 05 de junho de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(MENDES BOTA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt

Carla Cruz

Carla Rodrigues

Cecília Honório

Francisca Almeida

Inês de Medeiros

Isabel Oneto

Jacinto Serrão

Lídia Bulcão

Manuel Seabra

Maria da Conceição Caldeira

Mendes Bota

Odete Silva

Orísia Roque

Paulo Rios de Oliveira

Pedro Delgado Alves

Raúl de Almeida

Rosa Arezes

Sérgio Azevedo

Isabel Alves Moreira

João Figueiredo

Nilza de Sena

Nuno Encarnação

Teresa Costa Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

João Portugal

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Luís Pita Ameixa

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 24/07/2013.